

219 Pauta prioritária está ameaçada

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), admitiu ontem pela primeira vez que os oito pontos da pauta prioritária definidos pelo colegiado de líderes da Casa dificilmente serão votados até o final do ano. Ele citou apenas dois projetos com maiores chances de aprovação, pelo bom encaminhamento até o momento: o da reforma tributária emergencial, de iniciativa do Executivo, e o que prevê a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Ele citou o projeto sobre o sistema financeiro, o código de propriedade industrial, a lei orgânica dos partidos, a lei de diretrizes da educação e a lei de imprensa como matérias complexas que poderão acabar ficando para a apreciação somente em 1992. "Todos esses projetos continuam em tramitação, mas a discussão dos temas ainda é considerada insuficiente para que sejam levados para o plenário", explica.

O projeto que prevê a desregulamentação e privatização dos portos, segundo os três relatores da matéria — os deputados Marcelo Barbieri (PMDB/SP), da Comissão de Trabalho, Aloizio Santos (PMDB/RS), da Comissão de Transportes, e Luiz Roberto Ponte (PMDB/RS) —, os trabalhos estão bastante adiantados, mas o presidente da Câmara admite que as lideranças sindicais estão reivindicando a ampliação do prazo para discussão do tema.

Para agravar a situação, os trabalhos em plenário estão sendo obstruídos pela oposição desde a quarta-feira da semana passada.

Para prorrogar os trabalhos dos parlamentares, que estão previstos para acabar em 15 de dezembro, o presidente Fernando Collor tem a opção de convocar o Congresso durante o recesso.